



DOI: 10.12957/transversos.2023.79046

O VOTO FEMININO EM DISPUTA DURANTE AS ELEIÇÕES DE 1933, NO CEARÁ

THE WOMEN'S SUFFRAGE IN DISPUTE DURING THE 1933 ELECTIONS IN CEARÁ

Larissa Almeida Custódio da Silva

Prefeitura Municipal de Cascavel

proflarissahistoria@gmail.com

Resumo:

Este artigo objetiva discutir a ressignificação das disputas em torno do voto das mulheres durante as eleições de 1933, no Ceará, a partir da análise das estratégias de arregimentação do eleitorado feminino pelos dois partidos políticos vitoriosos no pleito: Liga Eleitoral Católica (LEC) e Partido Social Democrático (PSD). Através de seus respectivos porta-vozes na imprensa, jornais O Nordeste e O Povo, será possível esmiuçar como a cidadania política feminina, tornada realidade a partir de 1932, converteu-se numa nova arena de lutas devido ao seu potencial político de definição dos resultados: quais discursos e representações foram mobilizados para apresentar e representar as mulheres em suas plataformas políticas, bem como os espaços de poder reservados à parcela feminina apta para o voto a partir da nova dinâmica eleitoral.

Palavras-Chave: voto feminino; disputas; eleições; imprensa

Abstract

This article aims to discuss the redefinition of the disputes around the vote of women during the 1933 elections in Ceará, from the analysis of the strategies of regimentation of the female electorate by the two winning political parties in the election: Catholic Electoral League (LEC) and Social Democratic Party (PSD). Through their respective spokespersons in the press, newspapers O Nordeste and O Povo, it will be possible to scrutinize how female political citizenship, made a reality from 1932, became a new arena of struggles due to its political potential to define the results: which discourses and representations were mobilized to present and represent women on their political platforms, as well as the spaces of power reserved for the female portion able to vote from the new electoral dynamics.

Keywords: women's suffrage; disputes; elections; press.

Introdução

Em 03 de maio de 1933 aconteceram as primeiras eleições após a regulamentação do voto feminino no Brasil, ainda que em caráter facultativo e marcado por ausências e exclusões. Tal direito, aprovado em fevereiro de 1932, adentrou na cena política nacional junto com outras inovações potencialmente moralizadoras do processo político, a exemplo da criação do voto secreto e da Justiça Eleitoral. Nacionalmente, com 1.446.700 eleitores inscritos em sessões eleitorais espalhadas pelo país, 1.040 candidatos - dos quais 19 mulheres - e 214 vagas disputadas, tais eleições marcaram o panorama político brasileiro por suas inovações e novos desafios atrelados à reformulação de normas e diretrizes que deveriam ser seguidas por eleitores, partidos e instituições a partir de então.¹ Seu objetivo era a escolha de deputados para compor a Assembleia Nacional Constituinte daquele mesmo ano. Ao Ceará, 10 cadeiras de representação foram reservadas, que foram ocupadas integralmente por representantes de dois partidos políticos recém-criados: 6 nomes da Liga Eleitoral Católica (LEC) e 4 nomes do Partido Social Democrático (PSD). Tanto a LEC quanto o PSD, através de seus porta-vozes na imprensa, a saber, jornais *O Nordeste*² e *O Povo*³, respectivamente, lançaram mão de constantes e direcionadas estratégias de arregimentação do eleitorado feminino local, um voto inédito, inexplorado e potencialmente definidor dos rumos políticos de então. Para tanto, mobilizaram fortemente componentes identitários⁴ a fim de estabelecer elos de identificação e/ou diferenciação entre suas plataformas políticas e o que socialmente era propalado como assuntos que diziam respeito primeiramente às mulheres. Assim, uma “diferença” feminina foi acionada e reiterada em diferentes contornos e proporções a fim de convencê-las a abraçarem suas cidadanias políticas a partir de suas marcações “específicas”: não meramente eleitoras, mas primordialmente mães, esposas, guardiãs da família, defensoras e multiplicadoras de uma moralidade exemplar.

Partindo-se do pressuposto de que as discussões em torno da cidadania política feminina

¹ TRE-CE celebra 90 anos da primeira eleição realizada pela Justiça eleitoral. In: Portal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, 03/05/2023. Disponível em: <https://www.tre-ce.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Maio/tre-ce-celebra-90-anos-da-primeira-eleicao-realizada-pela-justica-eleitoral>

² Periódico católico fundado em Fortaleza (CE) que circulou entre 1922 e 1967, intimamente ligado à Arquidiocese naquele estado. Seu redator chefe era Andrade Furtado e tinha como colaboradores assíduos Padre Tabosa e Luís Sucupira.

³ Periódico fundado em Fortaleza (CE) em 1928 pelo jornalista Demócrito Rocha, que também ocupava a direção do jornal. Paulo Sarasate era seu redator-secretário. Posicionava-se como um apoiador dos ideais da “Revolução de 1930”.

⁴ Entende-se identidades enquanto construções históricas permanentemente em disputa, visto que as mesmas, em suas multiplicidades, não são estáveis, podendo variar, convergir e/ou divergir. (HALL, 2005, P. 12).

não prescindiram dos conflitos, tensões e disputas, sempre inflamados; e que tais disputas não encontraram um fim em 1932, antes foram ressignificadas e processadas em outros termos, o objetivo deste artigo será esmiuçar como o voto das mulheres se converteu numa nova arena de lutas durante as eleições de 1933, no Ceará, visto tal voto ter se constituído numa realidade legal com a qual seria mais do que necessário lidar, a gosto ou a contragosto. Para alcançar tal pretensão, se procederá a um acompanhamento e análise das plataformas políticas dos dois partidos vitoriosos veiculadas na imprensa periódica, bem como das acirradas disputas travadas por eles nos jornais e pelos jornais. Atenta às suas prioridades, mas principalmente às ausências e silêncios, será possível vislumbrar de que formas as mulheres estavam sendo apresentadas e representadas nas campanhas políticas da LEC e do PSD e, concomitante a isso, quais os espaços de movimentação e poder reservados à parcela feminina então apta para o voto a partir da nova dinâmica eleitoral.

A imprensa periódica se constituiu num campo fértil para entrever e explorar a potencialidade de tais disputas se desenrolando no cotidiano dos dias: através dos jornais, tais embates políticos ganhavam materialidade, repercussão e apelo social, motivo pelo qual justificase a escolha metodológica por tais fontes e suas possibilidades. Os palanques políticos da LEC e do PSD eram *O Nordeste* e *O Povo*, jornais que os apoiavam e reservavam diariamente espaço cativo em suas páginas para propaganda e arregimentação. O procedimento de análise dos periódicos seguiu uma ordem cronológica com enfoque nos temas atravessadores do artigo: cidadania política feminina e eleições de 1933. Além dos periódicos acima citados, outros jornais foram integrados à análise de forma pontual, a fim de estabelecer conexões entre as disputas eleitorais em Fortaleza, o contexto cearense e a realidade nacional durante o período analisado. As fontes mobilizadas neste artigo podem ser acessadas através da Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE), em Fortaleza (*O Nordeste*, *O Povo*, *A Rua*) e da Hemeroteca Digital Brasileira, portal da Fundação Biblioteca Nacional (*A Cruz*).

Encontrando suporte e viabilidade nos Estudos de Gênero, as análises aqui empreendidas contribuem para abrir possibilidades de discussões sobre os processos de constituição e disputas que envolveram a cidadania política feminina no Ceará após 1932, bem como o papel central de embates identitários nos exercícios de participação, representação e nos complexos e intrincados caminhos entre essas duas instâncias de atuação para as mulheres enquanto sujeitos políticos. Em outros termos, levanta reflexões para se pensar a cidadania como um constructo histórico,

conflituoso, situado e experienciado na materialidade dos corpos e de suas localizações sociais.

2. O Ceará na nova dinâmica eleitoral

Liga Eleitoral Católica e Partido Social Democrático se apresentavam como organizações novas, devidamente saneadas se comparadas às práticas políticas de anos anteriores à década de 1930. A primeira nasceu intimamente ligada à Igreja Católica e às suas pretensões de influenciar os rumos sociopolíticos do país num contexto crítico que teria sido inaugurado com a laicidade do estado e a retirada de Deus das instâncias mais sensíveis do corpo social. Nacionalmente, foi fundada em 1932 pelo cardeal Dom Sebastião Leme e deveria atuar, segundo suas diretrizes oficiais, enquanto organização apartidária, movimentando-se fora e acima dos partidos políticos, enquanto instrumento de arregimentação do eleitorado católico para a defesa de pautas caras à Igreja no período (promulgação da Constituição em nome de Deus, indissolubilidade do casamento, ensino religioso nas escolas, etc).

No Ceará, na esteira de outras juntas instaladas pelo Brasil sob a iniciativa de paróquias e dioceses, a LEC surgiu em dezembro de 1932, também ancorada em nomes de relevância da Igreja e da intelectualidade católica locais, como Dom Manoel da Silva Gomes, arcebispo de Fortaleza, e Andrade Furtado, professor da Faculdade de Direito, redator-chefe do já citado jornal católico *O Nordeste* e também juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE). Conforme já anunciado em linhas introdutórias, especificamente no Ceará, a Liga Eleitoral Católica adquiriu status de partido político, com requerimento formal junto ao TRE-CE e lançamento de chapa própria - 6 nomes masculinos - para as eleições de 1933.

Quanto ao PSD, também emergiu na cena cearense em dezembro de 1932. Sua fundação estaria intimamente ligada às influências da “Revolução de 1930”, sendo a moralização da velha política uma pauta cara ao seu projeto ideológico. Dentre os nomes que compunham a direção do jornal quando de sua fundação, menciona-se Demócrito Rocha, seu fundador e diretor, e Fernandes Távora, ex-interventor federal no Ceará.

Refletindo novas diretrizes, o artigo 2º do Código Eleitoral de 1932 considerou eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”, que se alistasse conforme a lei (CABRAL, 2004: p. 19). Dentre aqueles que não poderiam se alistar, estavam os analfabetos de modo geral, mulheres e homens. No que se refere à obrigatoriedade de tal direito político, para as mulheres em qualquer faixa etária o voto permaneceu uma atividade totalmente facultativa, fato que só

mudaria anos depois.

No que se refere ao efetivo exercício da cidadania, convém demarcar que tal ação não pode ser entendida como universal, ou seja, equânime para mulheres e homens, visto a construção moderna do conceito, fruto das discussões revolucionárias do século XVIII, já ter nascido reforçando uma especificidade: o indivíduo considerado cidadão não era universal, mas homem, o sujeito masculino. Assim, a própria forja do conceito esteve ancorada na expulsão do elemento feminino (GROPPI, 1995), base para se entender as tensionadas e desiguais movimentações das mulheres nos domínios da cidadania, participação e representação política, como se tais esferas - pública e do exercício de poder - não tivessem sido pensadas para abranger seus corpos e urgências.

Retornando aos números do voto feminino, considerando-se a amostra da população de Fortaleza recenseada em 1920 - ano do último censo demográfico realizado antes das eleições de 1933 - dois detalhes não podem ser ignorados: primeiro, entre a população com 15 anos ou mais que em 1933 estaria apta para votar de acordo com a faixa etária, 14.850 mulheres (48,9% da população feminina) não sabiam ler e escrever e permaneceriam excluídas, uma vez mais e de antemão, de tal direito recém-conquistado; segundo, em 1920 o número de mulheres alfabetizadas com 15 anos ou mais ultrapassava o percentual de homens alfabetizados: 15.530 mulheres para 13.429 homens.⁵ Mulheres que em 1933 teriam idade apropriada para se alistar enquanto eleitoras, comparecer às eleições e efetivamente contribuir para a definição dos resultados, caso desejassem. Tais cifras sinalizam que, se de um lado, a conquista do voto não afetou uma totalidade da população feminina, por outro lado, para a parcela apta ao exercício deste novo direito político as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte se transformaram numa arena potente de lutas onde as mulheres - pela força definidora de seus votos - se tornaram alvos prioritários de disputas.

No que diz respeito ao jornal *O Nordeste*, periódico ligado à Arquidiocese de Fortaleza e, a partir de 1932, porta-voz incontestado da LEC no Ceará, a legalização do voto feminino representou uma realidade irremediável e indigesta, visto que, desde sua fundação e por toda a década de 1920, o mesmo atuou como um dos mais inflamados críticos à ampliação da cidadania política às mulheres: seus articulistas, entre jornalistas católicos e membros do clero local,

⁵ Recenseamento do Brasil, realizado em 1 de setembro de 1920. Volume IV (4ª parte), Rio de Janeiro, Typ. Da Estatística, 1929. Pontua-se que os dados censitários utilizados não possuíam identificações étnico-raciais.

revestiam a pena da imprensa com a força simbólica da religião para reiterar, cotidianamente, os perigos que o voto feminino representaria à estabilidade da ordem social caso fosse aprovado; quando não, a irrelevância do voto, entendido como sujo, pois reflexo de uma política também corrupta. Diante da grandeza que seria engendrar, na intimidade dos lares, bons filhos para a nação e sadia descendência para a fé católica, o exercício do voto seria uma ação dispensável.

Ressalta-se que a rejeição ao sufrágio feminino não era exclusividade do *O Nordeste*, dos jornais católicos em geral e nem mesmo da Igreja Católica enquanto instituição, antes, era compartilhada por significativa parcela da população à época como sintoma de um real medo de novas relações sociais, modificadas, transformadas, quando não assustadoramente invertidas pelo impulso desagregador de um tal feminismo e suas tendências modernizadoras de corpos, hábitos e papéis. Nessa realidade tão nova quanto temida, as mulheres estariam por cima, movidas por uma sanha “ilegítima” de “invadir”⁶ searas tradicionalmente masculinas, inaugurando uma sociedade atípica, de mulheres fortes, homens preteridos, relações absurdamente invertidas quanto ao exercício do poder. Futuro incerto e, por isso mesmo, perigoso.

Tais movimentações femininas e/ou feministas com vistas a pleitear direitos até então não vivenciados ou mesmo a ocupar espaços na esfera pública poderiam ser encarados, portanto, como sinais iminentes de uma sociedade desordenada, visto tal seara pública, onde representantes do sexo “frágil” estariam querendo pretensiosamente adentrar, ter sido constituída pelos homens e para os homens, de acordo com Pateman (1993).

Para elas, assumir tal posição, experimentando cotidianamente pequenas revoluções, abrindo fissuras ou mesmo movimentando-se na conquista de novos direitos já era se colocar na posição de sujeitos-agente, conforme ressalta Femenías (2007), estando num lugar em que não se esperava que elas estivessem. Postura de atividade, que assumia determinado lugar numa linha de frente; postura também subversiva, na medida em que desestabilizava uma ordem que estava posta. A ação é esse propulsor, conforme arrematou Anzaldúa (2005), que abre inúmeros caminhos de possibilidades.

De modo geral, nos primeiros anos do século XX, qualquer ação feminina que sinalizava ampliar caminhos de possibilidades para as mulheres era identificada pejorativamente como fruto do feminismo e das feministas. Ainda que não existisse um consenso acerca do que significava “feminismo”, sendo bastante comum em jornais da época uma multiplicidade de usos, sentidos

⁶ JACK. O olho da rua. *Jornal do Ceará*, Fortaleza (CE), 04/05/1908, Ed. 00813 (1), p.1.

e interpretações sobre o termo, a ideia representada por ele era encarada mais com receio e aversão do que com adesão e simpatia. Os diversos empregos do termo no campo da imprensa sinalizavam que “feminismo” e suas derivações estavam sendo disputados no desenrolar do cotidiano; encontrava-se em aberto, em caráter de contingência, elaborado e reelaborado, rasgado e remendado nas tramas de um tecido social que, ele próprio, se esgarçava e prenunciava a emergência de novas estruturas. O conceito de feminismo e seus significados estavam em processo de forja naquele acionar de usos, nomeações e renomeações. Disputado como algo capital, causa e produto de todo aquele contexto de transformações (KOSELLECK, 2006).

O processo de lutas em torno dos sentidos do voto feminino e do próprio feminismo enquanto movimento que se organizava esteve envolto em múltiplos dissensos, ou seja, não foi forjado a partir da noção homogênea de consensos sociais, antes, encontrava a sua tônica na disputa e no conflito.

3. O voto feminino em disputa

A propaganda da LEC feita pelo O *Nordeste* já era farta nos primeiros dias de 1933, ainda que a sua chapa própria tenha sido lançada apenas alguns dias antes das eleições. Diversas ações eram noticiadas cotidianamente, desde a instalação de juntas locais em paróquias espalhadas pelo Ceará, com a sugestiva presença “vibrante” e “eufórica” de muitas eleitoras⁷, até notas informativas sobre seu programa, seus princípios e objetivos. Embora o chamamento da LEC se estendesse a todo cristão católico, que sob hipótese alguma deveria se ausentar do gabinete de votação, sob pena de comprometer a missão coletiva de sua Igreja na terra e o seu próprio caminho pessoal rumo à salvação eterna, às mulheres, esses chamamentos pareciam se esboçar como muito mais constantes e direcionados. Conforme frisou Andrade (2019), naquele contexto de intensa reorganização interna, fruto de um amplo processo de romanização e adaptação de tais parâmetros à realidade do país, a Igreja Católica do Brasil passou a enxergar o sexo feminino como um aliado fundamental nas contendas sociopolíticas que enfrentava. O aumento da participação feminina em associações católicas romanizadas, bem como a ampliação “tutelada” de suas funções no interior dessas irmandades, muitas delas exclusivamente femininas, a exemplo da Pia União das Filhas de Maria, são sinalizadores dessa crescente preocupação com o público

⁷ A sessão da LEC da Paróquia do Carmo no Instituto Epitácio Pessoa. O *Nordeste*, Fortaleza (CE), 12/01/1933. p. 2.

feminino como base de apoio do catolicismo e de suas batalhas.

De acordo com Lima (2019) uma das primeiras iniciativas da LEC foi sensibilizar as eleitoras a comparecer às urnas, devido a recente inserção desse grupo no Código Eleitoral. A intensidade da campanha, ancorada no apelo religioso - apesar de não existir nenhuma mulher entre os candidatos lecionistas - aliada à maior atenção e dimensão atribuída ao voto feminino no jornal *O Nordeste* significou, segundo o autor, uma maior eficiência na identificação do público feminino com a Liga Eleitoral Católica.

O horizonte de escolha aberto pela facultatividade do sufrágio feminino não seria uma opção para a eleitora católica, ou pelo menos não enquanto o voto delas fosse necessário para uma definição de resultados, conforme se pode observar na fala de Dom Sebastião Leme, fundador da junta nacional da LEC: “Não foi a Igreja que o introduziu na legislação brasileira. Mas, é fato que, sem responsabilidade nossa, o voto feminino existe. Não seria, pois, cristão e patriótico deixá-lo na mão das minorias sem fé.”⁸ Se com tal posicionamento eximia o catolicismo de quaisquer contribuições numa inserção das mulheres no campo político, também demarcava a posição dos católicos e, principalmente, das católicas nas disputas que teriam o voto feminino como palco e arena a partir de então.

Corroborando tal parecer, Luisa Rangel Pedrosa, discursando em reunião geral da Confederação Católica do Rio de Janeiro sobre o papel do catolicismo, lembrou o poder que o voto feminino teria nas mãos das “minorias sem fé”:

Quanto a pensar que a nossa abstenção das urnas fará retroceder a lei do sufrágio feminino, é pensamento vão. As mulheres não católicas, as mulheres socialistas, as mulheres livres pensadoras, as mulheres comunistas e as ha que se encarregarão de representarem na eleição o sufrágio feminino. É o que ganharemos. Não devemos pensar que todas as mulheres são católicas. Façamos cada uma de nós uma pequena estatística entre as senhoras de nossas relações.

Quantas são católicas de verdade e não católicas partidárias do divórcio, católicas partidárias do laicismo escolar, quando não acatólicas. Deixaremos nós por falsa modestia, por medo do esforço, o campo livre a nossas amigas, tão solicitadas o sabemos, por associações e partidos que lutam com a certeza da vitória? E depois, para que procurar tanto, uma vez que a Igreja aprova, (não digo que solicita) o voto feminino, não seremos nós, disciplinadas por condição de católicas que contra ele nos insurgiremos.⁹

A fim de gravar tais “verdades” nas almas e consciências, textos do cânone bíblico eram acionados cotidianamente a fim de equiparar, pelo fio do ensinamento, as urgências do passado

⁸ A religião católica em face do momento nacional. *A Cruz* (RJ), 06/11/1932, Ed. 00045(1), p. 3.

⁹ O voto dos Católicos em defesa dos princípios morais e sociais da Igreja. *A Cruz* (RJ), 30/10/1932, Ed. 00044(1), p. 1.

e do presente, bem como o papel imperativo que as eleitoras teriam no plantio de novos frutos a serem colhidos num futuro próximo, em que o boletim do voto representaria a vitória da religião e do próprio Deus. Assim exortou o padre Tobias Dequidt, reitor do Seminário da Prainha, de Fortaleza, em fevereiro de 1933, durante evento próprio direcionado às mulheres da Arquidiocese

Lembrae-vos da scena do Evangelho: Jesus soffria no horto e dormiam os 3 apóstolos: eis a primeira igreja dormente; ao mesmo tempo não dorme Judas, mas trabalha nas trevas. Escutae a queixa que a liturgia da quinta feira Santa põe nos labios de Jesus e que se aplica ao nosso caso: dormis, não pudeste vigiar commigo uma hora. Não vêdes Judas, como não dorme, mas se desvela por entregar me aos judeus?

Pois bem: quereis entregar Jesus aos judeus, quereis entregá lo na pessoa da Igreja ás mãos dos seus inimigos, da maçonaria e do bolchevismo, do laicismo e da impiedade, não vos alisteis, continuae o vosso somno, dormi, deixae enterrado este talento que Deus vos deu e que devia frutificar em vossas mãos, e mais tarde ouvireis a palavra: má serva, dei te um talento, o boletim do voto, e não o fizeste frutificar, sê condemnada.

Quereis a victoria da Igreja, quereis cumprir o vosso dever? Alistae vos para poder votar contra os inimigos de Deus, que tambem são o do país. [...] ¹⁰

Conforme já adiantado, os chamamentos direcionados às leitoras e potenciais eleitoras detinham uma especificidade, possuíam uma marcação particular que os diferenciavam das convocações dirigidas a um público “geral”. Se no dia 18 de janeiro de 1933 aconteceu em Fortaleza uma reunião com as associações católicas em “geral” visando a arregimentação via LEC, duas semanas depois ocorreria outro evento com propósitos semelhantes, porém, com a demarcação do seu público-alvo: as associações femininas. O tratamento, as palavras de ordem, os argumentos de mobilização utilizados nas duas reuniões explicitam uma separação que reitera e mesmo advém da dicotomia que liga os homens à universalidade, ao não marcado, que não precisa sequer ser nomeado, e as mulheres a uma dimensão específica, que funcionaria seguindo parâmetros particulares. Aos homens, palavras de ordem que remetiam a um inadiável combate: deveriam eles se portar como verdadeiros “tanks de guerra”, enquanto partícipes do “Exército de Jesus Christo”, caminhando com coragem e destemor, sem negar “covardemente” a sua fé.¹¹ Com as mulheres, foi exaltado o seu “religioso silêncio” para ouvir as palavras do Arcebispo Dom Manoel, um dos oradores do evento.¹² Foi reclamada a decisiva presença feminina junto às urnas a fim de barrar os ataques que punham em perigo a estabilidade familiar. Presença provisória, diga-se de passagem, visto que nos discursos propalados pelo O Nordeste as mulheres se

¹⁰ O alistamento eleitoral das senhoras catholicas. O Nordeste, Fortaleza (CE), 15/02/1933, p.1.

¹¹ A reunião do clero e dos catholicos, hontem, no predio Vicentino. O Nordeste, Fortaleza (CE), 19/01/1933, Ed. 3227, p. 1.

¹² Prossegue, intensa, a propaganda da LEC em Fortaleza. O Nordeste, Fortaleza (CE), 06/02/1933, Ed. 3242, p. 1.

ausentariam de seus lares por algumas horas para cumprir suas obrigações cívicas, mas logo retornariam. E ainda que se ausentassem por alguns instantes, seria para proteger e resguardar esse mesmo lar nas urnas que o fariam.

A principal diferença entre as estratégias de arregimentação da LEC e do PSD no Ceará foi o lançamento, pelo PSD, de uma candidatura feminina para disputar as eleições, a única no estado. Assim, se para a LEC a cidadania política feminina seria concebível unicamente através do exercício do voto, não sendo a mulher eleita uma possibilidade crível em seu horizonte de expectativas, o PSD incentivou o voto das mulheres seguindo um caminho distinto: o da efetiva participação feminina nas disputas políticas, enquanto eleitora e legítima representante política - a saber, de outras mulheres. E usou diretamente desse “diferencial” para atraí-las: “Mulher Cearense! Na primeira eleição da Nova Republica, que te concedeu o direito do voto, escolhe a chapa que figura o nome de uma representante do teu sexo. Vota integralmente no Partido Social Democratico!”¹³

Sucintas chamadas, como a citada acima, eram publicadas a fim de atrair determinados grupos de pessoas (professores, comerciantes, mulheres, etc.) e visavam estabelecer, decerto, algum elo de adesão e identificação entre as propostas do partido e demandas específicas do eleitorado cearense. Sinalizam, dessa forma, como a mobilização de determinadas identidades se constituiu num pilar importante na campanha política desenvolvida nas páginas do jornal *O Povo* a favor do PSD.

A candidata pessedista, Edite Dinoá da Costa Braga¹⁴, lecionava na Escola Normal desde 1923. Ganhou notoriedade profissional por ter colaborado significativamente, junto com o educador Lourenço Filho - um dos principais nomes da Escola Nova no Brasil - com os trabalhos da Reforma de 1922, que buscou atualizar os métodos educacionais cearenses segundo os parâmetros de uma Pedagogia Moderna. As relações profissionais entre Edite e Lourenço Filho, então diretor e professor de Psicologia Educacional do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, foram exploradas pelo jornal *O Povo* através da publicação de uma carta de Lourenço destinada

¹³ Mulher cearense!, *O Povo*, Fortaleza (CE), 24/04/1933, p. 1.

¹⁴ Edite Braga (1889-1950) nasceu na Paraíba. A profissão de seu pai (Direito) contribuiu para que a família mudasse constantemente de residência, passando por vários municípios cearenses, como Baturité e Fortaleza. Ingressou na Escola Normal em 1911, formando-se em 1916. Lecionou no Grupo José de Alencar, função que ocupou por ter se destacado em seus estudos na Escola Normal. Em 1923, inicia seu trabalho na Escola Normal, lecionando as cadeiras de Pedagogia, Psicologia e Didática, que formavam um só bloco. Como candidata do PSD, é eleita suplente para a Câmara Federal.

a Edite, nos inícios de 1933. Com isso, decerto o jornal pretendia publicizar o seu lugar de prestígio enquanto educadora, bem como seu legado e contribuição à educação cearense desde a década de 1920:

Presada colega d. Edite Braga,
Bem sabes a consideração que me merece e a alta estima que lhe dedico, pelo convívio, na época da reforma de 1922, sua dedicação ao trabalho e firmeza de carácter. Por tudo isso, não me poderia desinteressar de seu trabalho aí, na Escola Normal, que sempre reputei excelente. Tenho respondido sempre às cartas que, daí, tenho recebido e que me trazem boas novas. Tendo aqui estado, por ocasião da V Conferência de Educação, o dr. Moreira de Sousa deu-me as melhores notícias, em relação à Escola Normal. Usou mesmo desta expressão: “Estamos agora todos unidos no mesmo pensamento. O dr. Hipólito e d. Edite são excelentes elementos e estão trabalhando muito”.¹⁵

Exercer o ofício de professora naquele período de reorganização do ensino primário no Ceará, ao longo dos anos 1920, era ocupar um papel em transformação. Além de representá-lo como uma verdadeira “vocação”, que para as mulheres ainda aparecia encharcada das ideias essencialistas de instinto materno e cuidado, naquele período também estava em construção a imagem da professora enquanto um indivíduo que possuía embasamentos teóricos para a sua prática pedagógica, dotada de conhecimentos e métodos científicos, em tudo assemelhada a uma profissional. Quanto a isso, não se pode perder de vista que a educação se tornava um processo cada vez mais institucionalizado, com atualizações pedagógicas e entendida como chave para o progresso e desenvolvimento nacional através da formação cidadã.

Recaíam sob seus ombros a responsabilidade de atuarem como “mães” da pátria, gestando cidadãos em seus lares e no interior das instituições de ensino, exercendo uma tarefa duplamente primordial, em suas dimensões social e moral (ALVES, 2009). Ao mesmo tempo em que o exercício do magistério - um papel em tudo “coadunado” ao sexo feminino - poderia se constituir, para muitas mulheres, num trampolim que alargava seus raios de atuação para além de searas socialmente permitidas para elas, materializando uma possibilidade palpável de profissionalização (RAMOS, 2002).

Antes de ser apresentada como candidata, portanto, Edite Braga era conhecida e reconhecida no meio social fortalezense como professora, um cargo marcado por simbolismos, algumas consagrações, decerto, mas também por constantes vigilâncias e julgamentos morais

¹⁵ Edite Braga (1889-1950) nasceu na Paraíba. A profissão de seu pai (Direito) contribuiu para que a família mudasse constantemente de residência, passando por vários municípios cearenses, como Baturité e Fortaleza. Ingressou na Escola Normal em 1911, formando-se em 1916. Lecionou no Grupo José de Alencar, função que ocupou por ter se destacado em seus estudos na Escola Normal. Em 1923, inicia seu trabalho na Escola Normal, lecionando as cadeiras de Pedagogia, Psicologia e Didática, que formavam um só bloco. Como candidata do PSD, é eleita suplente para a Câmara Federal.

baseados em seu sexo. Mais à frente serão exploradas justamente essas tensões e imbricações entre as esferas pessoal e pública de Edite, assim como de todas as mulheres que, de modo geral, a partir de suas vivências e trânsitos, desnudavam a instabilidade e fragilidade dos limites estabelecidos para os corpos naquela sociedade estruturada pelo gênero.

O programa do PSD foi divulgado ao eleitorado no dia 21 de janeiro, com propostas que iam desde o dinamismo econômico do estado até a defesa de liberdades individuais. Dentre os 36 pontos apresentados, o teor e disposição dos pontos 32 e 33 chamaram a atenção. No ponto 32 ressaltava-se a importância da instituição familiar para a nação e reconhecia-se a validade do casamento religioso com o devido registro perante a lei civil. Logo após reafirmar a importância da família e da religião, no ponto 33 o partido se comprometia a lutar pela equiparação dos direitos políticos da “mulher” aos do “homem” e organizar um serviço nacional de proteção à maternidade, crianças e idosos com o intuito de promover-lhes assistência na pobreza ou na doença. O anúncio de serviços de assistência a grupos socialmente vulneráveis aparece disposto como complemento direto ao tema da igualdade de direitos políticos entre mulheres e homens, tema cujo público-alvo era, primordialmente, o eleitorado feminino. O modo como tal proposta foi apresentada apoiou-se no lugar-comum que atrela as mulheres a uma ideia de cuidado e proteção com o outro, como se tal proposição relacionada ao assistencialismo fizesse mais sentido e fosse capaz de sensibilizar mais fortemente o eleitorado feminino e suas características “singulares”.

Alguns meses depois, em abril, representantes do PSD reuniram-se no centro de Fortaleza, no interior da Faculdade de Farmácia e Odontologia, para deliberar acerca dos integrantes da chapa que seria lançada em maio de 1933. Dentre a totalidade de delegados, todos homens, Edite Braga marcava presença enquanto pertencente ao Diretório de Fortaleza e representante do município de Itapipoca (CE). Sentada à mesa principal, ladeada por figuras proeminentes do meio local e nacional, como Juarez Távora, ministro da Agricultura do governo provisório de Getúlio Vargas, como também Paulo Sarasate e Demócrito Rocha, ambos integrantes do jornal *O Povo* e membros ativos do PSD, figurava ela como uma notável exceção em meio a um espaço majoritariamente masculino - física e ainda simbolicamente. Sua presença ativa naquele espaço de deliberação partidária e sua posterior candidatura - a única do partido e a única em todo o Ceará naquela eleição - nos leva a indagar os fatores que contribuíram para

que ela estivesse localizada em tal posição. Suas posicionalidades¹⁶ enquanto uma respeitável professora decerto colaboraram para fortalecer e minimamente blindar sua imagem enquanto uma candidata possível, na medida em que foi representada pelo *O Povo* como absolutamente irrepreensível sob todos os aspectos, fosse moral, religioso ou social.

A enorme capacidade moral de Edite Braga foi devidamente publicizada e aplaudida nas páginas do jornal *O Povo* em menções e artigos durante o mês de maio de 1933, em dias posteriores às eleições. Isso porque Edite se submeteu a um concurso para o provimento da cadeira de Pedagogia da Escola Normal, cargo que ocupava há quase 10 anos e que, naquele ano, foi ferrenhamente disputado com Joaquim Moreira de Sousa, seu concorrente direto e então Diretor de Instrução Pública do Ceará, uma autoridade influente em sua área e, para todos os efeitos, um homem público, aclimatado à exposição e exigências do seu meio. Perrot (1998) ressaltou como os pesos conferidos a mulheres e homens identificados com o espaço público eram totalmente diferentes. Se para eles o adjetivo simbolizaria seu “santuário” e legítimo lugar, para elas, ser reconhecida como uma “mulher pública” se constituiria numa operação muito mais difícil, pois marcada continuamente pela suspeição.

Noticiado como o “maior concurso do Ceará” devido à popularidade e adesão alcançada em torno do mesmo, contou com exames escritos e práticos, além de derradeira prova que aconteceu no Teatro José de Alencar, tamanha a quantidade de público interessado no desfecho de tal certame. Decerto o jornal *O Povo* vislumbrou naquele concurso, mesmo encerradas as eleições, uma conveniente oportunidade para comprovar a escolha acertada do PSD em lançar Edite Braga como candidata, a despeito dos resultados: uma mulher que comprovou não apenas sua intelectualidade e domínio teórico, mas também e, principalmente, seu “valor” moral.

Se para seu concorrente, Moreira de Sousa, as diversas etapas do concurso estariam medindo suas noções técnicas, requisitos para o cargo, para Edite não somente seus conhecimentos pedagógicos estariam sob avaliação, mas também o modo como ela se comportava diante de tais provações, sua desenvoltura em expor-se publicamente sem perder a compostura, sem arroubos, sem desestabilizar suas emoções.

Os passos dos dois candidatos foram minuciosamente analisados pelo jornal pessedista,

¹⁶ A noção de posicionalidade perpassa a necessidade de localizar as experiências e posicionamentos sociais dos sujeitos, tornando-os específicos, situados, não-universais. (FEMENÍAS, S/ info., p.1-21)

que enxergou na desenvoltura da professora uma indiscutível prova de sua instrução, métodos e domínio da cultura científica em voga no período. Conforme já mencionado, Edite Braga colaborou com os trabalhos da Reforma de 1922 e, enquanto docente na cadeira de Pedagogia, Psicologia e Didática na Escola Normal, trabalhava a parte psicológica a partir de uma perspectiva experimental, influenciada pelas ideias de renovação do ensino ventiladas pela Escola Nova. Dentre as principais mudanças propostas pela pedagogia escolanovista, pode-se citar a construção de uma escola ativa, aberta ao aporte de outras áreas e ciências, como a higiene, biologia e psicologia, que qualificassem o aprendizado do alunado a partir de uma qualificação técnica dos próprios educadores envolvidos nesse processo. Se Edite havia demonstrado em tudo uma “cultura científica”, a prova de Moreira de Sousa foi qualificada pelo jornal como tendo um caráter bastante pessoal, distante, portanto, de uma postura de objetividade valorizada no campo científico. Na prova final, aos olhos de uma multidão atenta no José de Alencar, Edite teria apresentado, de forma tão precisa quanto harmoniosa, as qualidades de uma autêntica profissional:

Dicção impecável, calma absoluta, método invejável na exposição e sobretudo uma segurança inabalável na matéria explicada foram sem dúvida alguma os requisitos essenciais que prenderam e conquistaram a atenção de todos os presentes, criando em torno de sua individualidade uma atmosfera de justa, sincera e entusiástica admiração. Numa palavra, a prova de d. Edite Braga foi uma prova de mestre, verdadeiramente insuperável e insuperada. E, com tanta perfeição se houve a prospecta candidata em sua claríssima exposição oral, que, esgotados os cinquenta minutos regulamentares, tinha s.s. chegado brilhantemente ao final do ponto, que ficou integralmente explicado.¹⁷

Para fins de reiteração, *O Povo* publicou na mesma edição um artigo sintomaticamente intitulado “Valor feminino”. Nele, exaltava a resistência mental e, sobretudo, moral de Edite. Afinal, seu concorrente possuía todos os títulos para intimidar e desestabilizar suas “bases” femininas e, ainda assim, não logrou êxito em desnudar nela suas emoções:

Sua fisionomia não mudou.
Sua mão não tremeu.
Sua estatura não vacilou.
Sua voz não perdeu o timbre.
Seus olhos não derramaram lágrimas.
[...]

Tinha á sua frente esse antagonista para os seus meritos e aptidões e, para o seu coração de mulher, sensível e delicado, o ambiente ruidosamente hostil que lhe prepararam adversarios incansaveis e tenazes. Foi assim que ela se manteve de pé e resistiu , não somente á prova intelectual, mas, acima desta, á prova moral.¹⁸

¹⁷ Concurso de Pedagogia da Escola Normal: Realizou-se hoje a ultima prova. O resultado brilhante do certame. *O Povo*, Fortaleza (CE), edição de 27/05/1933.

¹⁸ Valor Feminino. *O Povo*, Fortaleza (CE), edição de 27/05/1933.

No início de maio, em plena disputa eleitoral, Edite também havia sido colocada no terreno da suspeição, dessa vez tendo sido alvo de ataques ancorados em seu sexo e nas expectativas lançadas sobre uma mulher “respeitável” naquele período. O jornal *O Povo* denunciou que dois candidatos do PSD, a própria Edite Braga e Francisco Pires de Holanda, vinham sofrendo ataques difamatórios em cidades do interior do Ceará por parte de adeptos da LEC. As acusações eram de que Francisco Pires seria maçom e que Edite seria adepta do protestantismo, além de defensora do divórcio.

Duas instituições muito caras para a Igreja Católica foram mobilizadas contra ela com o intuito de desacreditar não somente sua candidatura, mas suas próprias bases morais: família e religiosidade. Assim, se historicamente mulheres foram representadas enquanto defensoras incontestes da instituição familiar e pilares da religião entre os seus, as acusações lançadas contra a candidata pessedista visavam denunciá-la como um exemplo de feminilidade “dissonante”, que divergia de características basilares de suas identidades enquanto mulheres.

A polêmica em torno destas campanhas difamatórias durou vários dias, com mútuas insinuações da parte dos dois partidos envolvidos e seus porta-vozes na imprensa. Não foi possível acompanhar se tais acusações foram verídicas ou não, nem se realmente partiram da direção da LEC no Ceará. No entanto, para os fins desta análise, a principal questão não é comprovar se a Liga Eleitoral Católica realmente usou de má fé para afetar as candidaturas de seus adversários, ou pelo menos não somente isso. No caso de Edite Braga, importa perceber a especificidade das acusações lançadas sobre sua pessoa e como tais acusações - ser protestante e adepta do divórcio - poderiam ganhar força e adesão social a ponto de prejudicar significativamente uma candidatura feminina nas urnas. Questiona-se o motivo destas específicas acusações terem sido lançadas justamente sobre uma candidata mulher e se tais denúncias teriam tido a mesma mobilização social caso tivessem um candidato do sexo masculino como alvo. Lançadas contra Edite, poderiam soar como muito mais perigosas, na medida em que comprometeriam sua reputação.

O Povo apressou-se em rebater o conteúdo das acusações, tentando demonstrar em tudo a incoerência dos ataques a partir da atuação pública de Edite Braga enquanto professora e de provas irrefutáveis - também públicas - de sua religiosidade. Se a candidata do PSD estava sendo alvo de desqualificações públicas, fazia-se necessário qualificá-la positivamente, reafirmar as “verdadeiras” representações sobre sua pessoa:

Com efeito d. Edite Braga, além de educadora provecta, com largo tirocinio e grandes serviços á causa da Instrução no Ceará, é catolica e seus esponsais foram realizados com pompa religiosa, missa cantada por senhoras e senhorinhas catolicas. Esposa exemplarissima, dedicada ao lar e ao seu estremecido consorte, representam os dois um dos casais mais felizes desta cidade, sendo, por isso mesmo e por suas convicções pessoais, dona Edite Braga absolutamente inimiga do divorcio.¹⁹

Respondendo às insinuações do jornal *O Povo*, *O Nordeste* publicou dias depois uma extensa nota da Liga Eleitoral Católica a fim de desmentir a denúncia feita pelo jornal pessedista sobre a participação da LEC nas campanhas difamatórias veiculadas.

Rechaçado corriqueiramente na imprensa periódica como um perigo iminente para a família - tornada banalizada -, a felicidade dos filhos e o próprio destino da pátria, posicionar-se a favor do divórcio naquelas primeiras décadas do século XX seria adentrar num terreno espinhoso e qualificado como extremamente polêmico para uma mulher, e ainda mais para uma mulher que era apresentada como candidata à representante de seu sexo. Uma pauta entendida como destruidora, contrária à própria “natureza” feminina de conservação de seus lares. O próprio PSD, na pessoa de Pontes Vieira, havia se posicionado contra o divórcio em evento nacional realizado em Recife, durante o mês de abril de 1933.²⁰ O representante cearense votou pela não inclusão do divórcio na futura Constituição, alegando ser um tema indiscutível, já que o povo brasileiro teria opinião formada sobre a matéria.

Se o PSD se esforçava em comunicar propostas políticas coadunadas com os padrões morais vigentes, de respeito à religião e à instituição familiar, *O Nordeste* já vinha se esforçando, desde o início de 1933, em estabelecer discordâncias de interesses entre eleitoras da LEC e do PSD a partir da atribuição de pesos diferentes aos votos de umas e outras. Em plena Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza, um partidário da LEC objetivava sondar as opiniões correntes acerca do voto feminino, bem como as objeções em torno do mesmo. No Gabinete de Identificação Eleitoral, presencia um diálogo entre uma eleitora do PSD e um homem crítico ao voto feminino:

“As senhoras tambem? fala o ilustre cavalheiro, apertando lhes respeitosamente a mão... Não concordo francamente e não compreendo... A mulher é para o lar. Isto sim. Deixar a dona de casa os filhinhos para ir votar... Não entendo.
- E eu não deixo para ir ao Iracema, ao Ideal, dr.? (Era uma eleitora do democratico).
- Ora, ora, é querer comparar alhos com bugalhos, minha senhora.
- Enthusiasmada como estou pela causa, dr., sinto tanto prazer em votar como em dançar. É a mesma coisa. Depois, é mais um passo na evolução social. Nós, mulheres,

¹⁹ Campanha desleal. *O Povo*, Fortaleza (CE), edição de 06/05/1933.

²⁰ A Convenção revolucionaria do Recife: fala a *O Povo* o representante do Partido Social Democratico. *O Povo*, Fortaleza (CE), edição de 17/04/1933.

podemos e devemos influenciar pelo voto na nova organização brasileira. Já se foi o tempo em que só os senhores mandavam e nós obedecíamos.

- Um dia é da caça...

- E outro do caçador, ou, da caçadora, no caso.²¹

Uma senhora católica adentra na conversa e expõe “serenamente” o que a impelia a votar:

- Eu, dr., se não fosse a Igreja a me mandar, eu não votaria. No entanto, agora, nenhuma duvida me prende mais. E com aquella calma propria das mulheres prudentes:

Os propulsores do movimento eleitoral são homens de muita prudencia, excepcional tino e rara pratica administrativa.

Constrangidos ou não, si os nossos bispos resolveram que votassem eles que não pleitearam a influencia da mulher na nova organização é porque sabem que nas urnas podemos interceptar males muito perigosos para a vida futura da Patria e da Igreja, em nosso país... E rindo, ainda: mas, si não fosse a Igreja, queira Deus, queira Deus... eu votasse!²²

Na representação esboçada pelo jornal católico, enquanto a eleitora da LEC possuiria absoluta convicção em seu voto e seria movida por propósitos em si mais “elevados”, a eleitora do PSD votaria para satisfazer meros prazeres mundanos. O voto desta última não seria movido por um desejo de futuro presente no voto da eleitora lecionista; muito pelo contrário, seria uma ação imediata, encharcada de futilidade, movida por um desejo de revanche sobre a tradicional supremacia masculina. O voto da eleitora católica seria, no outro extremo, a sua própria profissão de fé. Tais representações ideais do eleitorado feminino católico, que ouvia com “religiosa” obediência às convocações da LEC, nem sempre condiziam com a realidade, que também poderia comportar fissuras e resistências, a exemplo de senhorinhas que ainda manifestavam publicamente, a despeito dos chamados de seus líderes religiosos, não ser o movimento eleitoral uma coisa provinda de Deus.

Passada a data das eleições, os embates na imprensa entre LEC e PSD avolumaram-se significativamente, tornando-se mais diretos e escancarados. Paralela à apuração de seus resultados, o PSD, via jornal *O Povo*, denunciou possíveis irregularidades provindas de adeptos a LEC no interior do Ceará, como nas cidades de Maranguape, Afonso Pena, Palmeira e Pacatuba. O teor das denúncias era a de que representantes da Igreja e católicos lecionistas estariam se valendo da “ingenuidade” das eleitoras na hora de converter votos: distribuição de chapas eleitorais às mulheres em plena sessão, párocos passando nas casas para amedrontar as senhoras, até uma passeata escancaradamente partidária em pleno dia de eleição, liderada por um padre e

²¹ Ouvindo opiniões discrepantes. O Nordeste, Fortaleza (CE), edição de 27/01/1933.

²² *Idem*.

com mulheres gritando hinos e vivas à LEC. Nas descrições acima, as mulheres eleitoras são representadas como mais suscetíveis às influências religiosas da LEC, bem como potencialmente manipuláveis a partir de suas “lealdades” emocionais. Veiculadas na imprensa, tais representações alimentavam a ideia de inexperiência das mulheres no campo político, pelo fato de se constituírem em elementos novos na dinâmica eleitoral; assim como as apresentava enquanto sujeitos mais inclinados à religiosidade e seus pretextos espirituais, clichê antigo que poderia fortalecer construções identitárias femininas de “fanatismo” e “irracionalidade” (SCOTT, 2002).

Quanto à candidatura de Edite Braga - que foi defendida nas páginas do jornal *O Povo* mesmo depois das eleições como uma escolha acertada e socialmente possível - durante o período de campanha eleitoral surgiram resistências ao seu nome na imprensa de Fortaleza. Em seu lugar, o periódico *A Rua* indica outro nome que seria mais digno do cargo e, principalmente, mais preparado para ocupar tal posição de representação no espaço público: Henriqueta Galeno²³, nome reconhecido na imprensa local e nacional, advogada, professora, feminista e diretora de um salão literário no centro de Fortaleza, o Salão Juvenal Galeno. Efetivamente, uma mulher que construiu sua carreira adaptada à publicidade do meio e das relações, mais afeita à exposição do mundo público e aos dissabores atrelados a ele. Enquanto feminista, Henriqueta havia representado o Ceará no II Congresso Internacional Feminista realizado em 1931, no Rio de Janeiro, e teria desempenhado com “pioneirismo” o papel de embaixadora das mulheres cearenses ao lutar pela transformação de suas situações sociopolíticas, principalmente no que concerne ao voto e a emancipação econômica feminina. Por todos esses atributos, para o jornal *A Rua* a candidata do PSD deveria ser a “Doutora” Henriqueta Galeno, enquanto a professora da Escola Normal foi tratada como “Dona” Edite Braga, mulher digna, acatada, exemplo de mestra no campo educacional, mas sem a experiência em movimentar-se e articular-se num campo até então estranho e escorregadio para ela, visto ter exercido durante toda a sua vida o ofício de professora dedicada e integralmente. A favor de Henriqueta Galeno pesariam sua experiência, relações, redes e contatos estabelecidos, que fariam dela, com mais propriedade, uma “mulher

²³ Henriqueta Galeno (1887-1964) nasceu em Fortaleza (CE). Diplomou-se pela Faculdade de Direito em 1919, embora não tenha exercido a profissão. Foi professora do Liceu do Ceará e da Escola Normal, ministrando aulas de História do Brasil e Literatura. Teria ainda ocupado a função de Inspectora Federal do Ensino Secundário. Fundou em 1919 o Salão Juvenal Galeno, local de reuniões artísticas e literárias frequentado por grande parte da intelectualidade local. Seus escritos e poesias foram publicados postumamente, sob o título de *Mulheres Admiráveis* (1965). Integrou os quadros da Academia de Letras do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

pública”:

Sem querermos empanar o brilho da ilustrada preceptora, que é sem favor, d. Edite Braga, achamos que a dra. Henriqueta Galeno assistia maior parcela de direito para a nossa representante na Constituinte, por si tratar não somente de uma professora e bacharela, como também pelo conhecimento que ela adquiriu na ribalta da política, tão radicada que se acha no trato das coisas públicas e sociais da terra. Ademais, quando ainda nem BNse falava em movimentos eleitorais, a dra. Henriqueta Galeno fazia reuniões políticas em sua residência, dirigia circulares às suas amigas, coordenava princípios e pontos doutrinários, mantinha correspondência com a elite feminina da Capital Federal, enfim, tudo envidava para que a mulher cearense saísse do seu marasmo enervante. E justamente no momento, em que seus esforços deviam ser aproveitados, o P.S.D., em cujo diretório há pessoas que estão ao par do trabalho da dedicada conterrânea deixa a margem, procurando em seara estranha a esses movimentos outro elemento de valor também, mas sem o desvelo e o gosto para a retorta da política.²⁴

As distintas formas de tratamento mobilizadas para se referir a Henriqueta e Edite, doutora e dona, respectivamente, não são meros detalhes, mas demonstram, na prática, quais representações sociais eram construídas e compartilhadas sobre tais mulheres, bem como os locais passíveis de acesso a partir de suas atividades e experiências: “doutora” sugerindo mais proximidade com o espaço público, “dona”, mais intimamente ligada à privacidade do espaço doméstico.

Como se pode observar, o debate estabelecido não se inscrevia mais no campo da legitimidade do voto e da representação feminina, ou pelo menos não tão somente nesta seara; aprovado o sufrágio feminino em 1932, a discussão que se robustecia girava em torno do que conferiria representatividade a uma mulher ao pretender ocupar um cargo público, suscetível a ser alvo de exposições e desnudamentos na publicidade da política. Quem dentre elas assumiriam os riscos de se lançar e se movimentar em seus sinuosos limites?

4. Conclusão

Analisando-se as estratégias de mobilização do eleitorado feminino empreendidas pela LEC e PSD, pôde-se perceber pontos de proximidade e contrastes através de seus porta-vozes na imprensa.

No que diz respeito à Liga Eleitoral Católica, representações da mulher católica eleitora foram reiteradas cotidianamente - com todos os cuidados possíveis - com a finalidade de indisfarçar a necessidade devido ao contexto capital para o catolicismo no Brasil: a mulher que se

²⁴ *Fatos e Comentários. O P.S.D. e a representante feminista. A Rua, Fortaleza (CE), 25/04/1933, p. 3.*

sacrificaria ao cumprir suas obrigações com a pátria e a religião, saindo da intimidade de seus lares por algumas horas para cumprir os seus encargos eleitorais, mas que logo retornaria, após ter votado como católica, mas principalmente como mulher, numa convergência harmônica de identidades que não admitiria espaço para rasuras e dilemas; caso isso acontecesse, se uma mulher católica votasse a favor do divórcio, contra o ensino religioso nas escolas, contra os “interesses” da família, não somente seu voto seria moralmente invalidado, como suas próprias identidades - como mulher e como católica - seriam colocadas seriamente sob dúvida, em suspeição.

A católica eleitora também foi representada como aquela que iria contribuir para o melhoramento do campo político ao escolher candidatos bons e irrepreensíveis, ainda que na “escala moral” do catolicismo elas mesmas fossem as representantes por excelência de uma moralidade exemplar. Se nas páginas do partidário da LEC a mulher eleitora se constituía numa representação possível, no outro extremo, a representação da mulher eleita, que exigia um deslocamento físico e simbólico muito mais profundo, se constituía numa ausência. Sua inexistência nas páginas do periódico também diz muito, pois cumpria uma função de sentido: a de expor, pela via do silêncio e da falta, os limites entre uma cidadania política possível, representável, e uma cidadania política ainda inconcebível nas páginas do jornal e na própria realidade.

Como um dos partidos vitoriosos nas eleições de 1933 no Ceará - elegendo os 6 candidatos que lançou²⁵ - a Liga Eleitoral Católica mobilizou intensamente uma “diferença” das mulheres a fim de concitá-las a abraçarem suas cidadanias políticas, ainda que parcialmente. Se o voto masculino não foi arregimentado enquanto “masculino”, o voto das mulheres seria legítimo na medida em fosse essencialmente “feminino”, enraizado no seio familiar e fortalecido por ele, “naturalmente” coadunado com sua identidade religiosa de cristãs-católicas. O modo como uma “diferença” feminina foi fortemente mobilizada nesse novo contexto político-eleitoral nos leva a concluir que a “diferença” das mulheres em si não se constituía num problema, tal como propalado em anos anteriores pelos tradicionais críticos do voto feminino; a questão nodal era como tal “diferença” poderia ser mobilizada sem explodir as relações de poder que mantinham as engrenagens daquela sociedade estruturada pelo gênero, de modo que as

²⁵ Candidatos eleitos pela LEC: Luís Sucupira, Waldemar Falcão, Leão Sampaio, Jeová Mota, Figueiredo Rodrigues e Xavier de Oliveira (PRIMEIRAS ELEIÇÕES E ACERVO DOCUMENTAL, 2007).

transformações desencadeadas pelo voto das mulheres não alterassem radicalmente a sociedade e suas enraizadas lógicas.

Quanto ao Partido Social Democrático, a segunda agremiação política vitoriosa no pleito²⁶, a candidatura de Edite Braga se constituiu na principal diferença em relação às estratégias de mobilização empreendidas pelo seu oponente político direto, a LEC. Edite foi analisada nessas linhas a partir de suas posicionalidades, ou seja, como seus posicionamentos sociais contribuíram para que ela estivesse localizada em tal lugar de representação política. Nas páginas do jornal *O Povo*, ela foi apresentada e representada ao eleitorado feminino em particular como uma autêntica representante de seu sexo; candidatura embasada não somente em seu papel de destaque na educação cearense, ao desempenhar seu ofício de professora com empenho e maestria, mas também e, principalmente, no desempenho exemplar de seus papéis como esposa e zeladora incondicional de sua família, representada como um autêntico modelo de felicidade conjugal, a despeito dos ataques sofridos. Qualificativos que poderiam ser fartamente mobilizados, como de fato foram, no momento de apontar uma mulher como uma candidata irrepreensível. Tal empenho em situar os “lugares” de Edite pretendia apontar que sua candidatura não acontecia de forma alheia ou contrária a seus demais papéis sociais, mas acontecia em harmonia e mesmo apoiando-se neles.

Henriqueta Galeno, apontada por um jornal local como a candidata preterida pelo PSD apresentava-se abertamente como feminista; mantinha relações e contatos diretos com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), mas procurou, entre trânsitos, elaborações e reelaborações, forjar suas próprias práticas feministas de modo a singularizar, viabilizar e positivar seus movimentos nos entremeios do público/privado; enquanto advogada, comunicou-se como “objetiva” defensora do divórcio; seus movimentos a sinalizavam como uma “mulher pública” por excelência, ainda que ensaiasse estratégias para desacreditar a suspeição, sendo, na medida das possibilidades, aceita positivamente enquanto tal.

Verificou-se até aqui como as identidades se constituíram em decisivos componentes de mobilização do eleitorado nas eleições de 1933. Ao colocar Edite e Henriqueta sob exame, pode-se deduzir que no contexto de então, a identidade “mulher” teria muito mais capacidade de mobilização do que a identidade “mulher feminista”. Nas primeiras décadas do século XX,

²⁶ Candidatos eleitos pelo PSD: José de Borba, Pontes Vieira, Fernandes Távora e João Leal (PRIMEIRAS ELEIÇÕES E ACERVO DOCUMENTAL, 2007).

“mulher feminista”, mais do que identificações, poderia mobilizar críticas e oposições. A candidata Edite Braga, para todos os efeitos, foi apresentada apenas como mulher, não feminista.

Como a única candidata mulher nas eleições de 1933 no estado, Edite Braga obteve 5.997 votos num total de 24.659 eleitores que compareceram às urnas. Com tais cifras, foi eleita suplente, juntamente com outros 4 candidatos do PSD.

Referências

ALVES, Raquel da Silva. *Mães da pátria: educadoras na terra da luz. O ensino primário no Ceará na década de 1920*. 2009. 225 f. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal do Ceará, 2009.

ANDRADE, Maria Lucelia de. “Uma Revista bem moderna e bem Cristã: A Revista Maria entre o passado e o futuro (1915-1965)”. 2019. 312f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2019.

ANZALDÚA, Gloria. *La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência*. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3): 320, p. 704-719, setembro-dezembro/2005.

CABRAL, João C. da Rocha. *Código Eleitoral de 1932*. Edição fac-similar. Secretaria de Documentação e Informação, Brasília, 2004.

FEMENÍAS, María Luisa. *Epistemología feminista : la falacia del conocimiento objetivo*, S/ info. p. 1-21.

_____. *Esbozo de um feminismo latinoamericano*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 15 (1): 280, janeiro-abril/2007.

GROPPI, Angela. *As raízes de um problema*. In: BONACCHI, Gabriela. GROPPPI, Angela. (Orgs.) *O Dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

LIMA, Janilson Rodrigues. *A Liga Eleitoral Católica é partido político?: a LEC e as eleições no Ceará (1933-1934)*. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Fundação Editora da UNESP, 1998.

Primeiras eleições e acervo documental do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza, TRECE, 2007.

RAMOS, Maria Bernadete. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt. *Revista Estudos Feministas*, 2002, vol. 10, n. 1, p. 11-37.

Sobre os autores:

Larissa Almeida Custódio da Silva: Graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (2015) e Mestrado em História Social pela mesma instituição (2019). Durante a graduação, foi bolsista do Memorial da UFC e do PIBID de Educação em Direitos Humanos: gênero e sexualidade na escola. Tem experiência nas áreas de História - com ênfase em História do Brasil Republicano -, História e Gênero, feminismos brasileiros de primeira onda e ensino de História. Atualmente, é servidora da Prefeitura Municipal de Cascavel, atuando como professora da EEFTI Abdon Dantas de Almeida.

Artigo recebido para publicação em: 09 de setembro de 2023.

Artigo aprovado para publicação em: 23 de dezembro de 2023.

Como citar:

SILVA, Larissa Almeida Custódio da. O voto feminino em disputa durante as eleições de 1933, no Ceará. *Revista Transversos*. Dossiê: Gêneros, poderes e sexualidades nas tramas da história. Rio de Janeiro, n.º. 29, 2023. pp. 31-53. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/2023.79046>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2023.79046

